



ANAIS DO ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA 2017 DA AJES

SEÇÃO 1

RESUMO DOS TRABALHOS APRESENTADOS NA CATEGORIA “PAPER”



ANAIS DO ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA 2017 DA AJES

O EXERCÍCIO DA LIDERANÇA COMO FATOR MOTIVACIONAL DE MUDANÇAS CULTURAIS NAS ORGANIZAÇÕES

Marcos Thomas De Oliveira¹, Pedro Tezollin Junior², Wilson Antunes de Amorim³

RESUMO

A mudança, para muitos, é um assunto delicado, causa desconforto e insegurança no ambiente organizacional, portanto, este artigo tem como principal objetivo compreender as questões organizacionais ligadas ao exercício da liderança com ênfase no papel do líder como fator motivacional de transformações culturais dentro das organizações. A metodologia empregada foi a pesquisa bibliográfica, na qual, buscou-se uma abordagem sobre os diferentes conceitos de liderança, sua evolução no tempo, e discorrer também sobre a ação dos líderes em acordo com os estilos de liderança distintos. Dentro deste campo, procurou-se estabelecer a correlação entre a influência da liderança e a mudança da cultura organizacional.

Palavras-Chaves: Liderança. Cultura Organizacional. Mudança Organizacional.

¹ Acadêmico do III Termo do curso de Ciências Contábeis, Faculdade do Vale do Juruena, Juína – MT. E-mail: marcos.thomas.oliver@gmail.com

² Acadêmico do I Termo do curso de Ciências Contábeis, Faculdade do Vale do Juruena, Juína – MT. E-mail: pedrotezollinjunior@gmail.com

³ Mestre em Liderança/Administração, Doutorando em Gestão de Empresas, Professor titular dos cursos de Administração e Ciências Contábeis da Faculdade do Vale do Juruena.



ANAIS DO ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA 2017 DA AJES

UMA ANÁLISE DAS INVASÕES DE IMÓVEIS RURAIS NO MUNICÍPIO DE CASTANHEIRA - MATO GROSSO, ENTRE OS ANOS DE 2010 E 2017

Raphael Schaffel Nogueira¹, Francisco L. Cabral²

RESUMO

O presente estudo, intitulado “Uma análise das invasões de imóveis rurais no município de Castanheira – Mato Grosso, entre os anos de 2010 e 2017”, trata-se de um projeto de pesquisa que será realizado no ano de 2017, no Programa de Iniciação Científica da AJES – Faculdade do Vale do Juruena, que fomenta a pesquisa nas mais diversas áreas temáticas. No primeiro semestre está previsto a confecção deste relato e de um pôster sobre o tema proposto, ilustrado com imagens e conceitos relacionados. Este será apresentado no I Encontro da Iniciação Científica da AJES aos docentes, acadêmicos e pesquisadores interessados. Posteriormente, intensificando a pesquisa sobre o tema abordado, será elaborado um artigo científico, apresentando, neste, cada tópico já escrito no relato supracitado. A confecção deste estudo será supervisionado pelo professor orientador.

Palavras-chave: Imóveis, Conflitos Agrários, Sem-Terra, Direito Agrário.

¹Acadêmico do curso de Bacharelado em Direito da Faculdade do Vale do Juruena. E-mail: raphaelsnog@hotmail.com

² Docente do curso de Bacharelado em Direito da Faculdade do Vale do Juruena. E-mail: raphaelsnog@hotmail.com



ANAIS DO ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA 2017 DA AJES

PONDERAÇÕES SOBRE O NOVO REGRAMENTO PARA INDICAÇÃO DE PESSOAS PARA OS CARGOS DE DIREÇÃO NAS EMPRESAS ESTATAIS

Carolina Rodrigues Ferreira Taneda¹, José Natanael Ferreira²

RESUMO

Este trabalho possui como finalidade analisar as inovações trazidas ao ordenamento jurídico brasileiro pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, a qual, atendendo as disposições do artigo 173 da Constituição Federal da República Federativa do Brasil (CF/88): deliberou “sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios”¹; razão pela qual recebeu a denominação de “Lei de Responsabilidade das Estatais”. A ênfase deste trabalho, se volta para a designação e nomeação de pessoas para os cargos em comissão e para as funções de confiança nas empresas estatais (empresas públicas e sociedades de economia mista, e suas subsidiárias): os “membros do Conselho de Administração e os indicados para os cargos de diretor, inclusive presidente, diretor-geral e diretor-presidente, serão escolhidos entre cidadãos de reputação ilibada e de notório conhecimento, devendo ser atendidos, os requisitos que expõe o art.17 da referida lei. A “Lei de Responsabilidade das Estatais” buscou inibir desvios de conduta, estabelecendo regras para a nomeação para os cargos de direção das empresas estatais.

Palavras-chave: Estatais, Administração Pública, Corrupção.

¹ **TANEDA, Carolina Rodrigues Ferreira.** Acadêmica do Terceiro Termo do Curso de Direito das Faculdades do Vale do Juruena – AJES (Juína-MT): carol.rodfer@gmail.com

² **FERREIRA, José Natanael.** Bacharel em Direito pela Universidade Paulista – UNIP – Campinas/SP; Mestre em Educação pelo Centro Universitário Salesiano de São Paulo — UNISAL — Americana/SP; Mestre em Direito pela Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP – Piracicaba/SP; Professor da AJES-Faculdades do Vale do Juruena (Juína-MT); coordenador do Comitê de Ética em Pesquisa da AJES – CEP/AJES; diretor editorial da Revista Amplitude – ISSN nº 2447-881; nathan_nahel@ajes.edu.br



ANAIS DO ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA 2017 DA AJES

MOSAICO RELIGIOSO: UMA ANÁLISE DAS PRÁTICAS RELIGIOSAS DA POPULAÇÃO UNIVERSITÁRIA DE JUÍNA

*Adriana Kelly Bazzi da Silva¹, Giovanna Ellen de Lima², Leonardo João Silveira³
Marcio Junior Tenorio dos Santos⁴, Raquel Trindade Tamura⁵, Vinícios de Oliveira
Fernandes⁶, Marina Silveira Lopes⁷*

RESUMO

A cultura é o conjunto de manifestações, que envolve as crenças, na qual pode deparar inúmeras religiões com alto índice de expansão. E, o Brasil, as inúmeras formas de vivenciar o sagrado coexistem num mesmo território e, muitas vezes ultrapassam a essência do amor ao próximo, se transformando num ato de preconceito e intolerância religiosa. Juína-MT é um reduto de evangélicos e católicos inibindo assim, outras manifestações. A fim de entendermos esse fenômeno, propomos uma pesquisa a ser realizada em uma Instituição de Ensino Superior do município de Juína. Com ela pretendemos ter uma visão de quanto é a sua população das mais diversas matrizes religiosas brasileiras, buscando identificar a predominância de crenças, bem como a intolerância religiosa. A pesquisa será dividida em duas fases, sendo que a primeira fase será a coleta das informações através da utilização Software PSPPI1, e a segunda fase é a confecção dos relatórios a partir dos resultados obtidos.

PALAVRAS-CHAVE: religião, pluralidade religiosa, predominância de crenças

¹ Acadêmica do I Termo de Direito – Faculdade do Vale do Juruena. Unidade: Juína/MT E-mail: adrianabazzi4@gmail.com

² Acadêmica do III Termo de Direito – Faculdade do Vale do Juruena. Unidade: Juína/MT E-mail: giovannaed.lima@gmail.com

³ Acadêmico do I Termo de Direito – Faculdade do Vale do Juruena. Unidade: Juína/MT E-mail: leojoasilveira@gmail.com

⁴ Acadêmico do III Termo de Direito – Faculdade do Vale do Juruena. Unidade: Juína/MT E-mail: márcio_junior001@hotmail.com

⁵ Acadêmica do III Termo de Direito – Faculdade do Vale do Juruena. Unidade: Juína/MT E-mail: raqueltamura@hotmail.com

⁶ Acadêmico do III Termo de Direito – Faculdade do Vale do Juruena. Unidade: Juína/MT E-mail: viniciosfernandes15@gmail.com

⁷ Professora da Faculdade do Vale do Juruena – Unidade Juína/MT. E-mail: marinaslopes@ajes.edu.br



ANAIS DO ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA 2017 DA AJES

A NOVA INTERPRETAÇÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL PARA O TRÁFICO DE DROGAS PRIVILEGIADO

Vinicius Ramon Aguiar¹, José Natanael Ferreira²

RESUMO

Trata-se, o presente trabalho, da pesquisa originalmente desenvolvida no ano de 2016, para elaboração de artigo científico sobre o tema, como exigência parcial do Programa de Iniciação Científica da AJES, e tratou da nova interpretação vigente no sistema penal brasileiro a respeito do crime de tráfico de drogas ilícitas. O sistema jurídico brasileiro possui um tratamento rigoroso para com o tráfico de drogas, atribuindo a este a natureza hedionda, mesmo quando privilegiado. Essa equiparação gera, por consequência, as sanções mais graves descritas na Lei de Crimes Hediondos, porém, um julgado do Supremo Tribunal Federal -STF desqualificou o caráter hediondo do tráfico de drogas, quando presente o privilégio. Isso gera uma grande repercussão no mundo jurídico-penal, uma vez que permite ao criminoso diversos benefícios antes vedados. Sobre essa repercussão tratou a pesquisa, que entendeu ser necessária nova revisão no ordenamento de repressão ao crime de tráfico de drogas ilícitas.

PALAVRAS-CHAVE: Tráfico de drogas. Crime Hediondo. Privilégio. Supremo Tribunal Federal.

¹ AGUIAR Vinicius Ramon. Bacharel em Educação Física pela Faculdade de Ciências Biomédicas de Cacoal-FACIMED - Cacoal/RO; Acadêmico do IV Termo do Curso de Bacharel em Direito - Faculdade do Vale do Juruena – Juína/Mato Grosso; vinicius_aguiar@msn.com

² FERREIRA, José Natanael. Bacharel em Direito pela Universidade Paulista – UNIP – Campinas/SP; Mestre em Educação pelo Centro Universitário Salesiano de São Paulo — UNISAL — Americana/SP; Mestre em Direito pela Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP – Piracicaba/SP; Professor da Faculdade do Vale do Juruena (Juina-MT); coordenador do Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/AJES; diretor editorial da Revista Amplitude – ISSN nº 2447-881; nathan_nahel@ajes.edu.br



ANAIS DO ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA 2017 DA AJES

A IMPORTÂNCIA DO CONTRATO RURAL COMO INSTRUMENTO DE ARRENDAMENTO

Jonair Graciano de Souza¹, Francisco Leite Cabral²

RESUMO

Os Contratos Agrários se dividem em dois campos, e é entre estas divisões que se formaliza um contrato legal, sem favorecer lado algum, ele sendo, de maneira escrita ou verbal. Nos tempos atuais, para arrendar uma quantidade de terra, tanto o locador como o locatário devem atestar ciência de toda a responsabilidade e obrigação sobre o contrato. Em tempos anteriores na história, a maneira do proprietário negociar, ou até mesmo para fazer um Arrendamento Rural, ocorria de maneira justa, pois, bastava a palavra para se finalizar um contrato, sendo ela fundamental para o fechamento. Assim, o locador não buscava nenhuma testemunha para finalizar uma negociação, sendo ela de terra ou de imóvel rural e tudo isso acontecia porque não havia normas ou regras feitas pelos legisladores. Cada proprietário então agia conforme a sua necessidade, por vezes, não respeitando a natureza ou o seu credor. Com essas irregularidades, foram criadas as leis do Direito Agrário, decretada na Lei N. 4.504 de 1964, Artigo 92 a 96. Esse é o tema desenvolvido neste presente trabalho, cujo objetivo é apresentar todo o contexto do arrendamento rural, esclarecendo o processo do contrato do Direito Agrário.

¹ Acadêmico do II Termo do curso de Direito. Faculdade do Vale do Juruena. E-mail: jonairflex@hotmail.com

² Professor Mestre do Curso de Direito da Faculdade do Vale do Juruena. E-mail: franciscolcabral@hotmail.com



ANAIS DO ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA 2017 DA AJES

ETNOMEDICINA DE PLANTAS MEDICINAIS COM AÇÃO EM ENFERMIDADES PARASITÁRIAS

Isabely Del Colle Alexandre¹, Marcos Roberto Furlan², Isanete Geraldini Costa Bieski³

RESUMO

O conhecimento etnomedicinal de plantas medicinais no tratamento de doenças está presente desde a antiguidade. Muitas vezes, é o único recurso terapêutico para as comunidades menos favorecidas. Além de ser mais barato, é mais acessível e fácil de ser obtido. O parasitismo é caracterizado por uma relação entre o hospedeiro e o parasita. O presente trabalho teve como objetivo realizar estudo do conhecimento etnomedicinal de plantas medicinais para enfermidades parasitárias. A pesquisa bibliográfica possibilitou registrar 50 espécies, englobadas em 40 gêneros e 27 famílias. Das espécies mencionadas, quatro foram as mais citadas para uso em parasitária, sendo três de ação anti-helmíntica e uma de ação contra protozoários. Para fins desse estudo, será descrita apenas a espécie *MenthaX piperita*L. A qual já se encontra industrializada e disponível em farmácias e drogarias. Observou-se que são muitas as plantas usadas para parasitoses intestinais oriundas, sendo tal uso proveniente do conhecimento etnomedicinal. Ainda assim, não encontramos muitos medicamentos disponíveis à população. Desse modo, sugerimos que são necessários mais investimentos para pesquisa, ciência e tecnologia a fim de estimular pesquisadores e indústrias a investirem nas pesquisas para o desenvolvimento biotecnológico das plantas medicinais, para assim garantirmos a eficácia e segurança na utilização da biodiversidade vegetal.

Palavras-chave: Etnofarmacologia. Etnobotânica. Doenças parasitas. Plantas medicinais.

¹ Acadêmica do Curso de Farmácia da Faculdade do Noroeste de Mato Grosso. E-mail: simonedelcolle@hotmail.com

² Acadêmico do Curso de Farmácia da Faculdade do Noroeste de Mato Grosso. E-mail: furlanagro@gmail.com

³ Docente e Coordenadora do Curso de Farmácia da Faculdade do Noroeste de Mato Grosso. E-mail: isabieski20@gmail.com



ANAIS DO ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA 2017 DA AJES

PLANTAS MEDICINAIS COM AÇÃO ANTINEOPLÁSIA: ESTUDOS ETNOFARMACOLOGICOS E FARMACOLOGICOS

Adriana Silva Santos¹, Isanete Geraldini Costa Bieski², Sikiru Olaitan Balogun³

RESUMO

Em média, 82% da população brasileira faz uso das plantas medicinais e o uso em grande escala tem influência de uma crença popular. O uso das plantas se aplica aos mais diversos tipos de patologias, inclusive às crônicas, como é o caso do câncer. O câncer é uma alteração celular que se caracteriza pelo crescimento rápido, agressivo e invade órgãos e tecidos. Por ser um tratamento complexo, a medicina tem buscado novas alternativas para auxiliar as terapias convencionais. A Oncologia Integrativa tem desenvolvido estas práticas integrativas, entre elas, remédios à base de ervas, vitaminas, outros suplementos dietéticos. Diante do supracitado, o objetivo do presente trabalho é realizar um levantamento bibliográfico sobre plantas com ação antineoplásica destacando estudos farmacológicos e etnofarmacológicos, a importância do desenvolvimento de estudos para produção de novos medicamentos direcionados aos pacientes cancerosos.

¹ Acadêmica do curso de Farmácia da Faculdade do Noroeste de Mato Grosso. E-mail: adrianasilvasant@gmail.com

² Docente e Coordenadora do Curso de Farmácia da Faculdade do Noroeste de Mato Grosso. E-mail: isabieski20@gmail.com

³ Docente do Curso de Farmácia da Faculdade do Noroeste de Mato Grosso. E-mail: balogun.zhikrullah@gmail.com



ANAIS DO ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA 2017 DA AJES

ATENÇÃO FARMACÊUTICA E USO RACIONAL DE MEDICAMENTOS AOS PACIENTES: ERROS COM MEDICAMENTOS, COMO EVITAR - UMA REVISÃO DE LITERATURA DO ESTADO DE ARTE

Ana Claudia Paludo¹, Isanete Geraldini Bieski Costa², Sikiru Olaitan Balogun^{3}*

RESUMO

Incidentes devido a erros com medicamentos são mais comuns durante tratamentos e procedimentos, sendo especialmente relacionados à prescrição e administração de medicamentos. No Brasil, ainda não há estudos feitos em escala nacional e há diferenças na metodologia dos estudos feitos no Brasil com dados disponíveis; também não estão disponíveis estatísticas de óbitos relacionados a erros de medicação. No presente estudo, foi feita uma Revisão de Literatura nos bancos de dados nacionais e internacionais. Enfatizamos que há muito para melhorar, principalmente na mudança da abordagem pessoal, como a única forma de tratar e minimizar incidentes de erros com medicamentos, para a abordagem sistêmica, para que relatos de erros com medicações não sejam escondidos. Há necessidade de inclusão de treinamento sobre esse problema nos projetos pedagógicos dos cursos da área de saúde. Observamos que há necessidade urgente de padronização de descritores na forma mundialmente aprovada, e assim facilitará comparações dos dados e a aplicabilidades dos resultados como ferramentas na formulação de políticas públicas necessárias.

Palavras-chave: Atenção Farmacêutica, uso racional, erros, medicamentos, abordagens pessoal e sistêmica.

¹Aluna de iniciação científica. Curso de Farmácia, Faculdade do Noroeste de Mato Grosso, MT. anaclaudiapaludo@hotmail.com

²Professora, Doutora, Curso de Farmácia, Faculdade do Noroeste de Mato Grosso, MT. isabieski20@gmail.com.

³Professor, Doutor, Curso de Farmácia, Faculdade do Noroeste de Mato Grosso, MT. balogun.sikiru@ajes.edu.br



ANAIS DO ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA 2017 DA AJES

ETNOCONHECIMENTO DE PLANTAS MEDICINAIS NA HIPERTENSÃO

Lucas Del Colle Alexandre¹, Isabely Del Colle Alexandre¹, Isanete Geraldini Costa Bieski.²

RESUMO

O presente artigo traz em seu conteúdo que o Brasil é um país com dimensões continentais, e nesse sentido apresenta uma biodiversidade imensa relacionada à questão de espécies vegetais que podem ser usadas para fins medicinais. Além de abordar essa questão, o texto destaca ainda que Organização Mundial da Saúde venha incentivando pesquisas no sentido de se aprofundar em estudos que busquem nessas plantas o fortalecimento do uso sustentável da biodiversidade brasileira. Outro aspecto relevante é conceituar o termo etnoconhecimento, visto que este faz parte do conhecimento comum, popular no uso de espécies vegetais usadas para minimizar a utilização de remédios sintéticos. Foi empregado como método de pesquisa uma revisão bibliográfica acerca do assunto, sendo feito no primeiro momento um levantamento bibliográfico sobre plantas medicinais usadas para hipertensão. Por fim, foram escolhidas, entre as plantas pesquisadas, cinco delas que têm como princípios ativos amenizar a pressão alta.

Palavras-chave: Plantas medicinais, Etnofarmacologia, Hipertensão.

¹ Acadêmico (a) do curso de Farmácia da Faculdade Noroeste de Mato Grosso. E-mail: simonedelcolle@hotmail.com

² Professora Orientadora e Coordenadora do curso de Farmácia da Faculdade Noroeste de Mato Grosso. E-mail: isabieski20@gmail.com



ANAIS DO ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA 2017 DA AJES

Etnoconhecimento e etnofarmacologia de plantas medicinais anti-inflamatórias com ênfase na espécie *Lueheadivaricata* (açoita-cavalo)

Joyce dos Santos Correia¹, Isanete Geraldini Costa Bieski²

RESUMO

A inflamação é um processo complexo, essencial para o sistema de defesa do hospedeiro. A produção excessiva de alguns mediadores inflamatórios pode levar a doenças crônicas. Essa pesquisa teve como objetivo realizar um estudo etnofarmacológico de plantas medicinais utilizadas para inflamação, dando ênfase para os estudos farmacológicos e fitoquímicos. Realizou-se uma busca de informações na literatura científica de plantas medicinais com ação antiinflamatória, com base em uma investigação do uso tradicional. Para isso utilizaram-se os principais bancos de dados eletrônicos disponíveis. O estudo foi realizado utilizando as seguintes palavras-chave: inflamação, *Lueheadivaricata* (açoita-cavalo), estudos farmacológicos e fitoquímico. Os artigos consultados dos anos de 2009 a 2016. Dentre as várias espécies encontradas foi selecionada uma espécie nativa do Brasil com atividades antiinflamatórias. As espécies nativas vêm sendo progressivamente excluídas da medicina oficial devido à ausência de estudos que confirmem sua eficácia, segurança e qualidade. Nesse trabalho tentamos agrupar estudos farmacológicos e fitoquímicos já realizados, porém mais estudos são necessários, portanto, investimentos maciços para pesquisas de validação e desenvolvimento desses fitoterápicos são necessários, além de podermos ressaltar os relatos de produtos preparados com espécies que contam com histórico de uso na medicina tradicional. Esperamos poder contribuir com novos estudos e com o fornecimento de dados para embasar políticas e programas de plantas medicinais em saúde no Brasil.

¹Graduanda em Enfermagem pela Faculdade do Vale do Juruena. Avenida Gabriel Muller, 1065, módulo 1, CEP: 78320-000, Juína – MT

²Professora Doutora, Coordenadora do Curso de Farmácia da Faculdade do Noroeste de Mato Grosso. Avenida Gabriel Muller, 1065, módulo 1, CEP: 78320-000, Juína – MT



ANAIS DO ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA 2017 DA AJES

PALAVRAS-CHAVE: Plantas medicinais, inflamação, *Lueheadivaricata*

CONHECIMENTO ETNOFARMACOLÓGICO DA COPAIFERA LANGSDORFFII

José W. Cavalcante¹, Vivian M. G. Cavalcante², Isanete G. C. Bieski³

RESUMO

As plantas vêm sendo destaque em termos econômicos e biotecnológicos, dada sua importância para as populações humanas que habitam a floresta. Nesse contexto, essa pesquisa teve como objetivo realizar um estudo etnofarmacológico da espécie *Copaiferalangsdorffii* (copaíba), dando ênfase para os estudos farmacológicos e fitoquímicos. A pesquisa foi feita como parte do Projeto de IC do Programa FITOFAR AJES, onde se realizou o levantamento bibliográfico nos meses de maio a junho/2016. Dada a importância de identificar seus compostos fitoquímicos, verificou-se que essa espécie vem sendo amplamente estudada onde já foram identificados os compostos ativos, como sesquiterpenos e flavonóis. Estudos farmacológicos constataram as ações antisséptica, antiinflamatória e antimicrobiana. Possui efeito na prevenção da doença periodontal, além de atividades antitumoral, cicatrizante e antioxidante, sendo que também foram identificadas substâncias relacionadas à proteção da mucosa gástrica. O extrato hidroalcoólico dessa folha da planta tem o potencial para tratar litíase urinária, um problema que afeta 7% da população. As riquezas de espécies vegetais nativas do Brasil têm demonstrado seus potenciais econômicos, sociais e ecológicos, valorizando as pesquisas neste tema para subsidiar o uso sustentável da biodiversidade. Novos estudos devem ser conduzidos, baseados em ensaios biotecnológicos com maior confiabilidade e aprofundamento das pesquisas com *Copaiferalangsdorffii*.

Palavras Chave: Etnofarmacologia, *Copaiferalangsdorffii*, Juína, Plantas medicinais

¹ Acadêmico do Curso de Enfermagem da Faculdade do Vale do Juruena. E-mail: wagnerenf07@gmail.com

² Acadêmica do Curso de Farmácia da Faculdade do Noroeste de Mato Grosso. E-mail: viviangigliocavalcante@hotmail.com

³ Docente e Coordenadora do Curso de Farmácia da Faculdade do Noroeste de Mato Grosso. Email: isabieski20@gmail.com



ANAIS DO ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA 2017 DA AJES

PREVENÇÃO DOS DISTÚRBIOS OSTEOMUSCULARES RELACIONADOS AO TRABALHO

Suzana Escobar do Nascimento¹, Marco Taneda²

RESUMO

Os distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho (DORT) são lesões por esforços repetitivos (LER). O objetivo desse trabalho foi de mostrar a atuação do fisioterapeuta e as políticas públicas na prevenção das DORT nos trabalhadores. Essas patologias podem ser prevenidas e solucionadas através de vários métodos como esclarecimento das formas corretas ao executar funções inerentes ao trabalho, exercícios físicos, alongamentos e cinesioterapia laboral, os quais proporcionam melhores aspectos fisiológicos, relaxamento muscular, entre outros. Faz-se necessário, também, a criação de formas de conscientizar os trabalhadores quanto às leis que os amparam enquanto sofrem por conta do problema já ocasionado, porém, é comum que o trabalhador enfrente dificuldades para aceitar o diagnóstico por medo de perder sua fonte de renda. Desta forma, conclui-se que o fisioterapeuta é essencial na ação preventiva para DORT/LER, obtendo, assim, a satisfação e motivação pessoal e proporcionando condições de vida saudável para os trabalhadores.

Palavras-chave: DORT, LER, fisioterapia, saúde do trabalhador e prevenção.

¹ Graduanda em Fisioterapia – Faculdade do Vale do Juruena. E-mail: vivo.suh@gmail.com

² Docente do curso de Fisioterapia – Faculdade do Vale do Juruena. E-mail: marcotaneda@gmail.com



ANAIS DO ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA 2017 DA AJES

Abordagem fisioterapêutica na reabilitação do ombro após cirurgia por câncer de mama: uma revisão sistemática

Andressa Lisboa Mendes¹, Ana Freire Macedo²

RESUMO

O câncer de mama é o mais comum entre mulheres, afetando sua qualidade de vida (QV). O objetivo dessa revisão sistemática foi identificar as abordagens da fisioterapia na melhora da amplitude de movimento (ADM) de ombro, em mulheres que passaram por cirurgia de câncer de mama. As intervenções encontradas foram Terapia Manual (TM) como mobilização passiva da articulação e mobilização cicatricial, alongamento da musculatura cervical e membros superiores (MMSS), exercícios pendulares e ativos-livres, houve também orientações para auxiliar no cuidado com o corpo, higienização, hidratação e prevenção. A ADM e a QV melhoraram após a intervenção fisioterapêutica, mas recomenda-se um acompanhamento em longo prazo, com o intuito de manter os resultados e progredir no tratamento.

Palavras-chave: Amplitude de movimento; Fisioterapia; Mastectomia; Ombro, Qualidade de vida.

¹ Acadêmica do Curso de Fisioterapia da Faculdade do Vale do Juruena. E-mail: dedessalisboa17@gmail.com

² Docente do Curso de Fisioterapia da Faculdade do Vale do Juruena. E-mail: anarib.fisio@gmail.com



ANAIS DO ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA 2017 DA AJES

COMPLICAÇÕES PÓS-OPERATÓRIAS DA CIRURGIA CARDÍACA E SEUS IMPACTOS NA FISIOTERAPIA

*Maria Júlia de Marchi Teixeira¹, Mariana Fernandes Rocha², Jackselaine Esmeraldo
Braga³, Marco Taneda⁴*

RESUMO

Objetivo deste estudo foi identificar as complicações da cirurgia cardíaca e no que a fisioterapia pode ajudar. Este estudo foi descritivo e feito com base em artigos científicos indexados na base de dados Scielo e livros-texto. A pessoa, após a cirurgia, pode ter alguns problemas respiratórios e complicações motoras. A fisioterapia atua, basicamente, em dois pontos principais: ela previne as complicações e ajuda na reabilitação do paciente. Antes da cirurgia, o fisioterapeuta previne com exercícios para verificar se a respiração do paciente está normal para que ocorra a cirurgia. O fisioterapeuta, na reabilitação, pode ajudar os pacientes que têm dificuldades motoras através da cinesioterapia.

Palavras-chave: pós-operatório, cirurgia cardíaca, reabilitação cardíaca, doenças cardiovasculares e fisiopatologias cardíacas.

¹ Graduanda em Fisioterapia – Faculdade do Vale do Juruena. E-mail: julymarc2008@hotmail.com

² Graduanda em Fisioterapia – Faculdade do Vale do Juruena. E-mail: mariana_97Htinha@outlook.com

³ Graduanda em Fisioterapia – Faculdade do Vale do Juruena. E-mail: jackselaineesmeraldo123@gmail.com

⁴ Docente do curso de Fisioterapia – Faculdade do Vale do Juruena. E-mail: marcotaneda@gmail.com



ANAIS DO ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA 2017 DA AJES

IDENTIFICAÇÃO DE VÍCIO EM INTERNET EM ESTUDANTES EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DO MATO GROSSO DO MATO GROSSO¹

Andréia Borges da Silva², Dalila Mateus Gonçalves³, Maira Ribeiro da Silva⁴, Nádie Ferreira Machado Spence⁵, Marileide Antunes de Oliveira⁶

RESUMO

O uso indiscriminado de internet é um tema recente que vem ganhando repercussão no campo científico devido aos inúmeros problemas causados nos âmbitos social e acadêmico, levando muitos indivíduos à dependência. Este relato descreve uma proposta de projeto de pesquisa de caráter epidemiológico quantitativo que tem como objetivo avaliar a ocorrência de vício em internet entre os estudantes de uma instituição de ensino superior do estado de Mato Grosso. Para isso, será utilizado o *Internet Addiction Test*- IAT. O IAT foi desenvolvido por Kimberley Young e foi o primeiro instrumento validado para detectar o nível dependência de internet. Este estudo encontra-se, atualmente, submetido ao comitê de ética em pesquisa com seres humanos.

Palavras-chave: Vício em Internet, Tecnologia, *Internet Addiction Test*, Estudantes.

¹ Projeto elaborado no programa Iniciação Científica- IC, no primeiro semestre de 2017, sob orientação da professora Dra. Marileide Antunes de Oliveira.

² Acadêmica do curso de psicologia do VI termo da Faculdade do Vale do Juruena. E-mail: andreiaborges.juina@gmail.com

³ Acadêmica do curso de Psicologia VII termo pela Faculdade do Vale do Juruena. E-mail: dalilag96@hotmail.com

⁴ Acadêmica do Curso de Psicologia VI termo pela Faculdade do Vale do Juruena. E-mail: lutesk@hotmail.com

⁵ Docente e coordenadora do curso de Psicologia da Faculdade do Vale do Juruena. E-mail: nadiechristina@gmail.com

⁶ Docente de curso de Psicologia e coordenadora do Programa de Iniciação Científica da Faculdade do Vale do Juruena. Email: marileide.antunes@ajes.edu.br



ANAIS DO ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA 2017 DA AJES

A ANÁLISE DO COMPORTAMENTO E A EDUCAÇÃO: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA POR MEIO DOS PROGRAMAS DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E EDUCAÇÃO ESPECIAL¹

Gleice Cardoso², Francieli Dal Cortivo Costa da Paixão³, Marileide Antunes de Oliveira⁴

RESUMO

O presente trabalho buscou, em programas pós-graduação em educação, documentos de teses em dissertações aprovadas, com o objetivo investigar a presença da análise do comportamento no círculo pedagógico. O mesmo será de grande valia para profissionais passarem a buscar mais conhecimento sobre esta linha, que tem muito a oferecer no campo da educação e da educação especial.

Palavras-chave: Análise do Comportamento; Educação; Educação Especial; Skinner.



ANAIS DO ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA 2017 DA AJES

AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DA ÁGUA NO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO NO MUNICÍPIO DE JUÍNA/MT

Fernanda Firmini de Lima Souza¹, Simone Silva Hiraki², Josiane de Brito Gomes³

RESUMO

O estudo propôs verificar a qualidade da água ofertada pelo sistema de abastecimento público do município de Juína/MT. Foram analisados dados mensais da qualidade da água ao longo do sistema de distribuição já processados pelo DAES, no período de abril de 2015 a março de 2016. Todos os parâmetros de qualidade da água mensurados pelo DAES foram analisados e os resultados das análises comparados com os valores máximos permitidos apresentados na Portaria nº 2.914 do Ministério da Saúde. Na maioria dos dados analisados houve conformidade com a legislação, porém o parâmetro cloro residual livre precisa de maior controle, pois apresentou teor abaixo do permitido em alguns pontos. Um fator relevante é o plano de amostragem que apresenta número e frequência de amostragem inadequado para representar o município. Conclui-se com esse estudo que a integridade da água ofertada não pode ser assegurada, visto que foram observadas algumas inconsistências nos itens analisados.

Palavras-chave: Sistema de abastecimento. Água para consumo humano. Potabilidade

¹Licenciada em Ciências Biológicas – IFMT *campus* Juína. e-mail para contato: ferfirmini13@hotmail.com

²Licenciada em Ciências Biológicas, doutora em botânica, professora do IFMS *Campus* Ponta Porã. e-mail para contato: simone.hiraki@ifms.edu.br

³Mestra em Engenharia Civil e Ambiental, professora do IFMT *campus* Juína. e-mail para contato: josiane.brito@jna.ifmt.edu.br



ANAIS DO ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA 2017 DA AJES

MATCHING-TO-SAMPLE PARA AQUISIÇÃO DE LEITURA POR ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: UMA REVISÃO LITERÁRIA¹

Gisseli Vilas Boas Costa²

Marileide Antunes de Oliveira³

RESUMO

O presente artigo tem como proposta fazer uma revisão bibliográfica na literatura nacional sobre procedimentos de ensino computadorizados para leitura para pessoas com deficiência intelectual. Cinco artigos foram selecionados no banco de dados do Google Acadêmico, usando-se a palavra-chave Matching-to-Sample; com a palavra dificuldade de aprendizagem nenhum selecionado, e, para as palavras-chave equivalência de estímulo e ensino de professores nenhum artigo foi encontrado. Entretanto, no índice de assuntos no Scielo, encontraram-se três artigos com relação ao tema do presente artigo. Contudo, ao iniciar a pesquisa pelo site Scielo periódicos, nada se encontrou de artigos acadêmicos sobre o assunto tratado como tema central matching-to-sample para aquisição de leitura por alunos com deficiência intelectual. Na literatura encontrada, as investigações demonstram que é útil ensinar professores a utilizar programas computadorizados que os auxiliam a trabalhar aquisição de leitura por alunos com deficiência intelectual.

Palavras-chave: Matching-to-sample. Dificuldade de aprendizagem. Equivalência de estímulo. Ensino de Professores.

¹ Trabalho orientado pela professora Dra. Marileide Antunes de Oliveira e apresentado no evento I Simpósio De Educação Do Vale Do Juruena: “Tecnologias Digitais Na Educação Contemporânea”, em formato de banner quando ainda estava em processo (001/2016) – Faculdade do Vale do Juruena.

² Acadêmica do curso de Bacharelado em Psicologia da Faculdade do Vale do Juruena, Juína, MT. E-mail: gisseli.costa@hotmail.com

³ Pós-doutora em Análise do Comportamento. Docente do curso de Psicologia da Faculdade do Vale do Juruena, Unidade de Juína-MT. E-mail: marileide.antunes@ajes.edu.br



ANAIS DO ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA 2017 DA AJES

PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO E INTERVENÇÃO PARA O ENSINO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA: REVISÃO DE LITERATURA NACIONAL DE 2007-2017¹

Kelly Fernanda Rezer³, Adriana Machado Pereira⁴, Marileide Antunes de Oliveira²

RESUMO

O ensino de alunos com deficiência auditiva tem sido um desafio para professores sem formação específica na área, mas com o uso de algumas técnicas e métodos disponíveis é possível que a aprendizagem ocorra. Os direitos adquiridos pelos deficientes auditivos são de suma importância e garantem o apoio ao professor, dado pela presença de um intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS. Este artigo consiste de um estudo de revisão de literatura nacional entre os anos de 2007-2017, que tem como objetivo identificar procedimentos de avaliação e de intervenção no contexto de ensino de alunos com deficiência auditiva.

Palavras-chave: Deficientes Auditivos, Educação Especial, Ensino de Deficientes Auditivos, Ensino Fundamental, Ensino-Aprendizagem Deficientes Auditivos

¹ Artigo elaborado no programa de Iniciação Científica – IC, no primeiro semestre de 2017, sob orientação da professora Dra. Marileide Antunes de Oliveira

² Docente do curso de Psicologia da Faculdade do Vale do Juruena, email: marileide.antunes@ajes.edu.br

³ Acadêmica do VII termo do curso de Psicologia da Faculdade do Vale do Juruena, email: kelly.rezer@hotmail.com

⁴ Acadêmica do V termo do curso de Psicologia da Faculdade do Vale do Juruena, email: adrianamachado.pereira@hotmail.com



ANAIS DO ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA 2017 DA AJES

SEÇÃO 2

RESUMO DOS TRABALHOS APRESENTADOS NA CATEGORIA “RELATO”



ANAIS DO ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA 2017 DA AJES

PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DA INOCÊNCIA EM SEARA PENAL: É POSSÍVEL SUA RELATIVIZAÇÃO À VISTA DO ORDEMENTO CONSTITUCIONAL BRASILEIRO?

Elzane de Souza dias¹, José Natanael Ferreira²

RESUMO

O presente trabalho possui como objeto o estudo a relatividade do *princípio da presunção da inocência* no ordenamento jurídico-penal brasileiro, a partir do novo entendimento do Supremo Tribunal Federal – STF acerca da possibilidade da prisão antes do trânsito em julgado da sentença penal condenatória. A tal respeito, a Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 5 de outubro de 1988 (CF/88), em seu artigo 5º, inciso LVII, em combinação com o artigo 283 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal – CPP), positiva, no ordenamento jurídico brasileiro o princípio da presunção da inocência, fazendo-o nos seguintes termos: “ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória”. No entanto, desde fevereiro de 2016, o Supremo Tribunal Federal – STF, ao julgar o Habeas Corpus nº 126.292 / SP, trouxe ao mundo jurídico novo entendimento em relação ao princípio da presunção da inocência. Ante esse fato, pretende-se estudar a compatibilização entre esse novo posicionamento do STF e a abrangência do princípio da presunção da inocência.

Palavras-chave: Presunção da inocência, Supremo Tribunal Federal, Decreto-Lei nº 3.689

¹**DIAS, Elzane de Souza.** Acadêmico do curso de Bacharelado em Direito pela Faculdade do Vale do Juruena; Vendedora — . <elzanesouza@hotmail.com>

²**FERREIRA, José Natanael:** Bacharel em Direito pela Universidade Paulista – UNIP – Campinas/SP; Mestre em Educação pelo Centro Universitário Salesiano de São Paulo — UNISAL — Americana/SP; Mestre em Direito pela Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP – Piracicaba/SP; Professor da Faculdade do Vale do Juruena (Juina-MT); Coordenador do Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/AJES; Diretor da Revista Amplitude – ISSN nº 2447-8881; nathan_nahel@ajes.edu.br.



ANAIS DO ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA 2017 DA AJES

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER: A PESQUISA EM UM PEQUENO MUNICÍPIO DE MATO GROSSO

Cacilda Zomer¹, José Natanael Ferreira²

RESUMO

Trata-se, o presente trabalho, da violência contra a mulher, assunto esse que, atualmente, possui repercussão tanto na seara acadêmica, quanto na legislativa, quanto, principalmente, no âmbito dos órgãos policiais, não somente na ordem interna, mas, também, em nível mundial, pois, não raro, a imprensa internacional repercute casos em que celebridades do *show business* (*showbiz*) envolvem-se em agressões físicas com seus cônjuges e terminam nos órgãos policiais e às barras dos tribunais. A pesquisa buscou estudar a violência contra a mulher em seu ambiente doméstico e familiar na realidade de um pequeno Município brasileiro situado na região noroeste do Estado de Mato Grosso, tendo como referência a proteção que a legislação brasileira que objetiva coibir esse tipo de violência e busca oferecer amparo material e emocional às mulheres vítimas de violência. Para o embasamento do estudo foram utilizadas pesquisas bibliográficas em sites, livros, revistas e artigos, principalmente sobre a legislação vigente. Por fim, fez-se a comparação entre os dados colhidos nos períodos pesquisados.

Palavras-chave: Violência doméstica, Mato Grosso, Pesquisa Documental

¹**ZOMER, Cacilda:** Bacharel em Administração pela Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT – Aripuanã/MT; Pós - graduada em MBA em Gestão Empresarial pelo Centro Universitário Leonardo Da Vinci – UNIASSELVI – Blumenau/SC; Acadêmica do III Termo do Curso de Bacharelado em Direito da Faculdade do Vale do Juruena – Juína/MT; caci_zomer@hotmail.com.

²**FERREIRA, José Natanael:** Bacharel em Direito pela Universidade Paulista – UNIP – Campinas/SP; Mestre em Educação pelo Centro Universitário Salesiano de São Paulo — UNISAL — Americana/SP; Mestre em Direito pela Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP – Piracicaba/SP; Professor da Faculdade do Vale do Juruena (Juína - MT); Coordenador do Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/AJES; Diretor da Revista Amplitude – ISSN nº 2447-8881; nathan_nahel@ajes.edu.br.



ANAIS DO ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA 2017 DA AJES

AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA E OS REFLEXOS NO SISTEMA PENAL BRASILEIRO

Laurete Romualdo da Silva¹, José Natanael Ferreira²

RESUMO

O presente trabalho possui como objeto o estudo entender a audiência de custódia sob a ótica do direito penal brasileiro. Pretende-se entender os pontos positivos e/ou negativos, bem como detalhar a audiência de custódia sob os auspícios do Direito Processual Penal brasileiro, para que se verifique nos moldes do sistema judiciário brasileiro, quais são os reflexos causados com a implantação da audiência de custódia a fim de satisfazer as garantias constitucionais. Partindo desse enfoque, este projeto fundamenta-se em descobrir: Nos moldes do sistema judiciário brasileiro, quais são os reflexos oriundos com a exigência da audiência de custódia? Para que essa pergunta seja respondida, serão consideradas as seguintes hipóteses: H1- A audiência de custódia tem o condão de garantir direito fundamental ao preso; H2- A execução da audiência de custódia trará iminente aumento da logística atual, tornando-a inaplicável à realidade prisional; H3- A audiência de custódia tem o condão de engessar o sistema prisional, aumentando a burocracia.

Palavras-chave: Audiência de custódia, Direito Penal, Sistema prisional

¹**SILVA, Laurete Romualdo da:** Bacharel em Ciência Contábeis e em Administração em Empreendedorismo pela Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT; Pós graduada em Finanças, Controladoria e Auditoria pela Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT ; Acadêmica do III Termo do Curso de Bacharelado em Direito da Faculdade do Vale do Juruena; lauartes@gmail.com.

²**FERREIRA, José Natanael:** Bacharel em Direito pela Universidade Paulista – UNIP – Campinas/SP; Mestre em Educação pelo Centro Universitário Salesiano de São Paulo — UNISAL — Americana/SP; Mestre em Direito pela Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP – Piracicaba/SP; Professor da Faculdade do Vale do Juruena (Juina-MT); Coordenador do Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/AJES; Diretor da Revista Amplitude – ISSN nº 2447-8881; nathan_nahel@ajes.edu.br.



ANAIS DO ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA 2017 DA AJES

IMPOSTO SOBRE VALOR AGREGADO: ESTUDO SOBRE BENEFÍCIOS DA REFORMA TRIBUTÁRIA BRASILEIRA COM IMPLANTAÇÃO DO IVA

Giovani Neves¹, José Natanael Ferreira²

RESUMO

Trata-se, o presente trabalho, de proposta de pesquisa a ser desenvolvida no ano de 2017 para elaboração de artigo científico para o Programa de Iniciação Científica da AJES - Faculdade do Vale do Juruena (Juína – MT), e possui como objeto o estudo sobre a reforma do sistema tributário brasileiro, com ênfase na criação do Imposto Sobre o Valor Agregado (IVA), que juntaria o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e parte do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), e que passaria a ser arrecadado, exclusivamente, no Estado destinatário das mercadorias e serviços, buscando, com essa proposta, apresentar uma forma de tributação mais evoluída, mais simplificada, com maior facilidade para a fiscalização, em harmonia com a proteção do pacto federativo constitucionalmente estabelecido.

Palavras-chave: Sistema tributário, Imposto sobre Valor Agregado, Reforma tributária

¹**NEVES, Giovani** Acadêmico do Segundo Termo do Curso de Bacharelado em Direito da Faculdade do Vale do Juruena – Juína/MT; gnnneves@gmail.com.

²**FERREIRA, José Natanael:** Bacharel em Direito pela Universidade Paulista – UNIP – Campinas/SP; Mestre em Educação pelo Centro Universitário Salesiano de São Paulo — UNISAL — Americana/SP; Mestre em Direito pela Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP – Piracicaba/SP; Professor da Faculdade do Vale do Juruena (Juína-MT); Coordenador do Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/AJES; Diretor da Revista Amplitude – ISSN nº 2447-8881; nathan_nahel@ajes.edu.br.



ANAIS DO ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA 2017 DA AJES

MANEJO FLORESTAL: A IMPORTÂNCIA DA PRESERVAÇÃO DO AMBIENTE NATURAL POR MEIO DO MANEJO SUSTENTÁVEL

Viviane dos Anjos Pinheiro¹, José Natanael Ferreira²

RESUMO

O presente trabalho possui como objeto o estudo o manejo sustentável como instrumento para a exploração racional dos recursos naturais, com a concomitante preservação do meio-ambiente para as presentes e as futuras gerações. A exploração das florestas por meio do manejo sustentável busca compatibilizar, de modo racional, a preservação ambiental com o aproveitamento dos recursos oferecidos pela natureza, por meio de técnicas que causem o mínimo impacto negativo à natureza. Dentre os produtos que podem ser explorados racionalmente, encontra-se a madeira e seus subprodutos. Partindo dessas premissas, e da legislação brasileira de proteção ambiental, inclusive as disposições trazidas pela Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe “sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente”, a pesquisa buscará melhor entender o conteúdo das normas estabelecidas pelo ordenamento jurídico brasileiro para a defesa do meio-ambiente, sem prejudicar a exploração empresarial dos recursos naturais, de modo que se possa aproveitar os recursos naturais, especialmente a madeira e seus subprodutos, sem afetar os princípios de preservação ambiental.

Palavras-chave: Manejo sustentável, Recursos naturais, Lei nº 9.605

¹**PINHEIRO, Viviane dos Anjos.** Acadêmica do Segundo Termo do Curso de Direito da Faculdade do Vale do Juruena (Juína – MT): vivi.anjos.pinheiro@gmail.com.

²**FERREIRA, José Natanael.** Bacharel em Direito pela Universidade Paulista – UNIP – Campinas/SP; Mestre em Educação pelo Centro Universitário Salesiano de São Paulo — UNISAL — Americana/SP; Mestre em Direito pela Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP – Piracicaba/SP; Professor da Faculdade do Vale do Juruena (Juína-MT); Coordenador do Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/AJES; Diretor da Revista Amplitude – ISSN nº 2447-8881: nathan_nahel@ajes.edu.br.



ANAIS DO ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA 2017 DA AJES

A PARCERIA PECUÁRIA COMO INSTRUMENTO NO ÂMBITO DE RENDA

Walisson Sanches Leal¹, Francisco Leite Cabral²

RESUMO

O presente trabalho consiste em uma abordagem acerca da “parceria rural”, instituto relacionado ao Direito Agrário. Objetiva-se apresentar uma visão geral do instituto, seus principais aspectos, tais como origem, espécies, vantagens e desvantagens, requisitos para sua aplicação no direito brasileiro e o sua aplicação especificamente no caso da pecuária. Para isso, parte-se de uma análise da origem histórica da parceria rural até seu conceito na atualidade. Após, são apresentados seus requisitos para aplicação no Direito Brasileiro e, por fim, sua utilização na pecuária. A abordagem do presente assunto é de grande importância, considerada a realidade econômica local.

Palavras-chave: Parceria rural, Direito Agrário, Pecuária

¹ Acadêmico do III Termo do Curso de Bacharelado em Direito da Faculdade do Vale do Juruena – Juina, MT. E-mail: walisson.leal@outlook.com

² Docente do Curso de Direito da Faculdade do Vale do Juruena, Juina, MT. E-mail: franciscolcabral@hotmail.com



ANAIS DO ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA 2017 DA AJES

O ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO NO BRASIL, E A DESMILITARIZAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR

Joilton Luiz dos Santos¹, José Natanael Ferreira²

RESUMO

O presente trabalho possui como objeto analisar a desmilitarização das polícias militares para adequar suas funções à ordem constitucional brasileira, que afirma ser a República Federativa do Brasil um Estado Democrático de Direito (Constituição Federal – CF/88, artigo 1º, *caput*). Antecipa-se, porém, que o tema objeto da proposta não se coaduna, sob nenhum aspecto, com movimentos ideológicos ou político-partidários. Objetiva-se, sim, estudar se a atual configuração de competências das polícias militares (as quais se constituem em forças auxiliares e reserva do Exército, subordinando-se, juntamente com as polícias civis e com os corpos de bombeiros militares, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios— CF/88, artigo 144, § 6º) compatibiliza-se com a ordem democrática. O estudo pretende, por pesquisa bibliográfica, documental, doutrinária e jurisprudencial, demonstrar que esse aspecto de vinculação não se subsume ao plexo de princípios que conformam o Estado Democrático de Direito. Sem, no entanto, tecer críticas políticas ou ideológicas às instituições.

Palavras-chave: Desmilitarização das polícias, Estado Democrático de Direito, Pesquisa documental

¹**SANTOS, Joilton Luiz dos.** Acadêmico do II termo do curso de Bacharelado em Direito pela Faculdade do Vale do Juruena – Juína/MT; Licenciado em Letras pela Faculdade do Vale do Juruena – Juína/MT; joiltonft@gmail.com.

²**FERREIRA, José Natanael.** Bacharel em Direito pela Universidade Paulista – UNIP – Campinas/SP; Mestre em Educação pelo Centro Universitário Salesiano de São Paulo — UNISAL — Americana/SP; Mestre em Direito pela Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP – Piracicaba/SP; Professor da Faculdade do Vale do Juruena (Juína-MT); coordenador do Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/AJES; diretor editorial da Revista Amplitude – ISSN nº 2447-881; nathan_nahel@ajes.edu.br



ANAIS DO ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA 2017 DA AJES

BREVE ANÁLISE SOBRE A POSSIBILIDADE OU NÃO DE SE IMPLANTAR, NO BRASIL, MÉTODOS DE SOLUÇÃO CONSENSUAL DE CONFLITOS HAVIDOS ENTRE OS PARTICULARES E A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Iramaia Floripes Almici¹, José Natanael Ferreira²

RESUMO

O presente trabalho possui como objeto o estudo sobre a possibilidade ou não de se utilizar, no Brasil, métodos de solução consensual dos conflitos, porventura existentes entre os particulares e o Poder Público. A mediação é pautada no diálogo entre as partes demandantes, objetivando alcançar um patamar comum mínimo de satisfação que possibilite acordar sobre os termos do conflito, sem que seja necessária a atuação de julgamento pelo Poder Judiciário. A Lei nº 13.140/2015 não foi a primeira norma federal a prever possibilidade de se utilizar método de solução consensual de conflitos existentes entre a Administração Público e particulares, haja vista que Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995 (Lei de Concessões) já previa, em seu artigo 39-A, que o contrato de concessão poderia “prever o emprego de mecanismos privados para resolução de disputas decorrentes ou relacionadas ao contrato, inclusive a arbitragem, a ser realizada no Brasil e em língua portuguesa, nos termos da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996”. Posto isto, pode-se subentender que, contrariamente a entendimento vigente até há alguns anos, a Administração Pública, obedecidos as disposições constantes da lei autorizativa, poderá valer-se, sim, de métodos de solução consensual de seus conflitos com os administrados, sem prejuízo ou ofensa a seus princípios basilares.

Palavras-chave: Mediação, Solução de conflitos, Lei nº 13.140/2015

¹ALMICI, Iramaia Floripes: Acadêmica do Sétimo Termo do Curso de Direito da Faculdade do Vale do Juruena (Juína – MT); Graduada em Letras pela Unimar- Marília SP ;Capacitada em mediação e conciliação extrajudicial - formada pela Mecon Brasil- MT; iramici@hotmail.com.

²FERREIRA, José Natanael. Bacharel em Direito pela Universidade Paulista – UNIP – Campinas/SP; Mestre em Educação pelo Centro Universitário Salesiano de São Paulo — UNISAL — Americana/SP; Mestre em Direito pela Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP – Piracicaba/SP; Professor da Faculdade do Vale do Juruena (Juina-MT); Coordenador do Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/AJES; Diretor da Revista Amplitude – ISSN nº 2447-8881; nathan_nahel@ajes.edu.br.



ANAIS DO ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA 2017 DA AJES
EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA CONTABILIDADE: DA ANTIGUIDADE À
CONTEMPORANEIDADE

Cristiano Andre Fernandes ¹, Emerson Bamberg ², Karoline Rios Mamedes Angelo ³, Luiza Kunzler dos Santos ⁴, Rodrigo Alves Dias ⁵, Jaqueline da Silva Marques ⁶

RESUMO

Realizou-se um estudo bibliográfico sobre a contabilidade desde o surgimento até os dias atuais. Estudaram-se também os princípios da contabilidade, essenciais por demonstrar os elementos já descobertos e colocados em prática, explicando assim os atos e fatos das ações. Os Princípios da Contabilidade são os delimitadores do zelo da ciência contábil. Dentre eles, são fundamentais: princípio da entidade, continuidade, oportunidade, registro, atualização monetária, competência e por fim o princípio da prudência. O CPC é um ente autônomo composto por entidades que são representadas por membros para desenvolver os pronunciamentos para votação em audiências públicas. Dessa forma, este estudo possibilitou desenvolver o histórico da contabilidade, desde os primórdios à contemporaneidade oportunizando novos saberes.

Palavras-Chave: Contabilidade, Evolução, Princípios.

¹Acadêmico do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade do Vale do Juruena, e-mail: cristianojuina@gmail.com

²Acadêmico do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade do Vale do Juruena, e-mail: emersonbamberg@hotmail.com

³ Acadêmica do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade do Vale do Juruena, e-mail: karolzinha@legiaovip.com

⁴ Acadêmica do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade do Vale do Juruena, e-mail: luizakunzler@hotmail.com

⁵ Acadêmico do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade do Vale do Juruena, e-mail: ralves.dias10@gmail.com

⁶Professora Orientadora Especialista do Curso de Administração e Ciências Contábeis da Faculdade do Vale do Juruena, e-mail: m.jaqueline988@gmail.com



ANAIS DO ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA 2017 DA AJES

INFARTO AGUDO DO MIOCÁRDIO: ANÁLISE DOS DIAGNÓSTICOS DE ENFERMAGEM PROPOSTOS POR INVESTIGAÇÕES NACIONAIS

Jéssica Costa Batista¹, Victor Cauê Lopes²

RESUMO

As doenças cardiovasculares são líderes em morte em todo o mundo e, dentre elas, o Infarto Agudo do Miocárdio (IAM) é a principal causa. O IAM- infarto agudo do miocárdio é uma oclusão da artéria coronária, através de uma formação de um coágulo ou placa de ateroma, que diminui o fluxo sanguíneo e leva uma parte do miocárdio a ficar necrosado. A predisposição dos fatores do IAM, estão relacionadas com colesterol, idade, tabagismo, diabetes, fatores hereditários, obesidade e principalmente hipertensão arterial (HA). Os sintomas mais frequentes são dor torácica persistente, de início súbito e de forte intensidade, que se localiza na região esternal, que se irradia para o braço esquerdo e mandíbula. O diagnóstico do IAM é feito através da associação dos sintomas e sinais, ECG (eletrocardiograma) e exames laboratoriais. O eletrocardiograma informa alterações como o supradesnivelamento do segmento ST. O enfermeiro possui papel importante na identificação desses sinais e sintomas, bem como na tomada de decisão clínica e, sendo assim, faz-se necessário conhecer a produção nacional no tema “Diagnósticos de enfermagem propostos a pacientes com quadro de infarto agudo do miocárdio IAM”.

Palavras-chave: Infarto, Diagnóstico, Enfermeiro

¹ Graduanda do 3º termo de enfermagem da Faculdade do Vale do Juruena. E-mail:jessicacb2704@gmail.com

² Mestre em Enfermagem e Professor do curso de enfermagem da Faculdade do Vale do Juruena. E-mail: victor_cauê@hotmail.com



ANAIS DO ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA 2017 DA AJES

O ENFERMEIRO NA ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE

Aliny da Silva Nenevê¹, Isolina Souza Batista², Leda Maria Villaça³

RESUMO

A gerência da unidade básica de saúde é um instrumento necessário e importante no cuidado em saúde. A função gerencial no trabalho do enfermeiro é definida nas Diretrizes Curriculares Nacionais como uma ferramenta indispensável que o auxilia no seu cotidiano e nas expectativas do mercado de trabalho, principalmente dentro da perspectiva de consolidação do SUS. Essa proposta privilegia o desenvolvimento de um enfermeiro crítico e reflexivo com capacidade técnico científica, ético, político social e educativo, capaz de atuar profissionalmente compreendendo a natureza humana em suas diferentes expressões e fazes evolutiva como: incorporar a ciência/arte do cuidar como instrumento de interpretação e de intervenção profissional estabelecendo novas relações com o contexto social. Para que a atenção a saúde seja alcançada o profissional que exerce a gerencia faz uso de instrumento de trabalho administrativo como planejamento, a organização, a coordenação e o controle. Os objetivos deste artigo são: analisar a atuação do enfermeiro com gestor em uma unidade básica de saúde; identificar o perfil e qualificação do enfermeiro para atuar como gestor em uma unidade básica de saúde; e, identificar as dificuldades enfrentadas pelo enfermeiro gestor em uma unidade básica de saúde. Trate-se de uma pesquisa bibliográfica, onde foram selecionados quatro artigos publicados em 2009, 2012, 2015 e 2017, utilizando as seguintes palavras chaves: atuação, enfermeiro, gestores, unidade básica de saúde.

Palavras-chave: Enfermeiros, Gestão, Saúde Pública

¹ Acadêmica do Curso de Enfermagem da Faculdade do Vale do Juruena. E-mail: aliny_neneve@hotmail.com

² Acadêmica do Curso de Enfermagem da Faculdade do Vale do Juruena. E-mail: isasouza010297@gmail.com

³ Docente do Curso de Enfermagem da Faculdade do Vale do Juruena. E-mail: ledavillaca@hotmail.com



ANAIS DO ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA 2017 DA AJES

REDUÇÃO DA PRESSÃO ARTERIAL MEDIADA POR ACUPUNTURA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Amanda de Oliveira Rios¹, Amadeu Alex da Silva Trevizoli², Victor Cauê Lopes³

RESUMO

A acupuntura (do latim *acus* - agulha e *punctura* - colocação) é um ramo da medicina tradicional chinesa (MTC). Foi também declarado Patrimônio Cultural Intangível da Humanidade pela Unesco em 19 de novembro de 2010. O tratamento acupunoterápico consiste no diagnóstico (igualmente baseado em ensinamentos clássicos da Medicina Tradicional Chinesa) e na aplicação de agulhas em pontos definidos do corpo. Chamados de "Pontos de Acupuntura" ou "Acupontos" que se distribuem principalmente sobre linhas chamadas "meridianos chineses" e "canais", para obter diferentes efeitos terapêuticos conforme o caso tratado. A acupuntura, técnica amplamente utilizada para diversos fins terapêuticos, promove redução da pressão arterial (PA) e ajuda no controle da hipertensão arterial (HA), doença assintomática e de relevância pública, diminuindo o risco de eventos cardiovasculares, como o Acidente Vascular Encefálico (AVE) e infarto agudo miocárdio. A acupuntura pode ser utilizada como adjuvante no tratamento da HA pela técnica tradicional com agulhas, ou sem agulhas, usando raios laser, auriculoterapia, entre outros. Tendo em vista a importância do controle da PA e a adoção de medidas terapêuticas medicamentosas e não-medicamentosas, faz-se necessário conhecer a influência da acupuntura na redução dos níveis de pressão arterial.

Palavras-chave: Pressão arterial, Acupuntura, Revisão Integrativa

¹ Graduanda do 3º termo de enfermagem da Faculdade do Vale do Juruena. E-mail: amandarios10.juina@gmail.com

² Graduando do 3º termo de enfermagem da Faculdade do Vale do Juruena. E-mail: amadeu20172017@hotmail.com

³ Mestre em Enfermagem e Professor do curso de enfermagem da Faculdade do Vale do Juruena. E-mail: victor_cauê@hotmail.com



ANAIS DO ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA 2017 DA AJES

INFLUÊNCIA DO EXERCÍCIO DE RESPIRAÇÃO GUIADA NA REDUÇÃO DA PRESSÃO ARTERIAL: REVISÃO SISTEMÁTICA DE DADOS QUANTITATIVOS

Lucas de Campos¹, Ellen Cristina Borek Leidentz², Victor Cauê Lopes³

RESUMO

A hipertensão arterial (HAS), doença caracterizada por níveis elevados e sustentados da pressão arterial (PA), constitui importante fator de risco para o desenvolvimento de eventos cardiovasculares como o infarto agudo do miocárdio, acidentes vasculares, dentre outras complicações. Um dos maiores problemas enfrentados no tratamento da HAS é a falta de adesão às medidas terapêuticas medicamentosas e não medicamentosas, tendo em vista o caráter assintomático da doença. Esforços da comunidade científica apontam para intervenções que auxiliem no controle dos valores de PA, medidas que vão além do tratamento farmacológico. Neste sentido, um dos modelos não farmacológicos utilizados no controle da PA é exercício de respiração guiada, técnica induzida com auxílio de um equipamento chamado *RESPeRATE*. O dispositivo consiste de uma caixa de controle com sensor que é anexado ao redor do tórax do usuário e um conjunto de fones de ouvido. Os usuários ouvem uma melodia por meio dos fones de ouvido e sincronizam seu ritmo respiratório de acordo com a música. Embora haja evidência de eficácia do método, alguns estudos ainda divergem com relação a seus efeitos hipotensores, principalmente quando comparados a outras intervenções alternativas como, por exemplo, a utilização da música para obter os mesmo efeitos.

Palavras-chave: Respiração guiada, Pressão arterial, Dados quantitativos

¹ Graduando do 3º termo de enfermagem da Faculdade do Vale do Juruena. E-mail: lc.campos1998@gmail.com

² Graduanda do 3º termo de enfermagem da Faculdade do Vale do Juruena. E-mail: ellen.leidentz2010@hotmail.com

³ Mestre em Enfermagem e Professor do curso de enfermagem da Faculdade do Vale do Juruena. E-mail: victor_cauê@hotmail.com



ANAIS DO ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA 2017 DA AJES

ESTUDO ETNOFARMACOLÓGICO DAS PLANTAS MEDICINAIS NA BRONQUITE

Leila Paula Stefenon¹, Isanete Geraldini Costa Bieski.²

RESUMO

O estudo das plantas medicinais vem sendo cada vez mais conhecido e comprovado. O Brasil tem um grande território no qual podem ser encontradas inúmeras plantas, muitas delas tendo sido já estudadas (BIESKI, 2005). O hábito de utilizar as plantas como medicamento é passado de geração para geração, desde um avô que utilizava, por exemplo, o xarope de alho para combater uma gripe, resfriado ou bronquite, até o seu neto que utiliza esse conhecimento passado pelo avô em seu cotidiano. Mais de 365.000 espécies de plantas já foram catalogadas, o que corresponde a cerca de 60% das existentes (GARCIA et. al. 1995). Provavelmente apenas 10% dessas plantas foram testadas em ensaios biológicos (HARVEY, 2000). O Brasil é um país de grande miscigenação, onde habitam muitas culturas como indígena, européia, africana, dentre outras e, no decorrer da história, os conhecimentos foram se acumulando, o que resultou em novas descobertas. O estudo de plantas medicinais é feito para que se possa obter o tratamento de doenças da forma mais natural possível, para que seja poupado ao máximo o organismo dos pacientes, e nesse estudo será abordado plantas medicinais que podem ser utilizadas no tratamento da bronquite. A pesquisa tem como objetivo aprofundar o estudo sobre plantas como *Foeniculumvugare* Mill (Funcho), *Mikamiaglomerata* Spring (Guaco), *AlliumSativum* L. (Alho), *Ecliptaalba* (Arnica), *Leonotesnepetaefolia* L. (cordão-de-frade), *Erucasativa* (Rúcula), *Malva sylvestris* (Malva), *Menthapolegium* L. (Poejo), *Equisetumarvense* L. (Cavalinha), *Anadenantheraperegrina* L. Speng (Angico) e *Copaíferalangsdorffii* (Copaíba) que, além de muitas outras funções, são broncodilatadoras, utilizadas em casos de bronquite.

Palavras-chave: Etnofarmacologia, Plantas medicinais, Bronquite

¹ Acadêmico (a) do curso de Farmácia da Faculdade Noroeste de Mato Grosso. E-mail: leilastefenon@hotmail.com

² Profª Drª Orientadora e Coordenadora do Curso de Farmácia da Faculdade Noroeste de Mato Grosso.



ANAIS DO ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA 2017 DA AJES

POTENCIAIS INTERAÇÕES MEDICAMENTOSAS ENTRE ANTIRRETROVIRAIS NO TRATAMENTO DO HIV E A ERVA DE SÃO JOÃO (*Hypericum perforatum*)

Sheila Gomes da Silva¹, Isanete Geraldini Costa Bieski.²

RESUMO

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), 80% da população de países em desenvolvimento utilizam práticas de medicina tradicional (alternativa ou complementar) na atenção primária à saúde e, desse total, 65% faz uso de plantas medicinais (BIESKI, 2005). As plantas medicinais são consumidas no mundo todo, especialmente por pessoas com doenças crônicas como câncer e AIDS. Os pacientes com HIV/AIDS atribuem esse uso pela melhora da resposta imune e diminuição dos efeitos dos antirretrovirais e melhora da qualidade de vida. Estudos apontam que plantas medicinais são frequentemente utilizadas em associação á antirretrovirais e a maioria dos pacientes não informa o uso de tais associações ao seu médico. Essa prática pode contribuir para que ocorram interações entre a erva de São João e medicamentos antirretrovirais do tratamento do HIV. A erva de São João (*Hypericum perforatum* L.) tem propriedades química capaz de reduzir a concentração dos inibidores da protease e de inibidores da transcriptase reversa não análoga de nucleosídeos e, como atua no citocromo hepático P450, outros fármacos. O objetivo deste estudo é realizar uma revisão da literatura das potenciais interações medicamentosas provocadas pelo uso da erva de São João (*Hypericum perforatum* L.) em associação com os antirretrovirais de tratamento do HIV/AIDS.

Palavras-chave: HIV, Erva-de-São-João, Fitoterapia

¹ Acadêmico (a) do curso de Farmácia da Faculdade Noroeste de Mato Grosso. E-mail:sheilagomessilva14@gmail.com

²Profª Drª Orientadora e Coordenadora do Curso de Farmácia da Faculdade Noroeste de Mato Grosso.



ANAIS DO ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA 2017 DA AJES

USO DE PLANTAS MEDICINAIS PARA TRATAMENTO E CURA DO VITILIGO

Valéria Carminati¹, Isanete Geraldini Costa Bieski.²

RESUMO

A Organização Mundial de Saúde (OMS) reconhece o valor potencial das plantas medicinais, e recomenda com insistência aos países membros da ONU que utilizem seus conhecimentos tradicionais sobre plantas medicinais como recurso terapêutico viável (WHO, 1987). A etnofarmacologia é a ciência que estuda a interação homem-planta e busca, entre outros, o resgate de conhecimentos transmitidos de uma geração a outra. Como nem sempre o acesso aos medicamentos industrializados e serviços de saúde é possível às populações economicamente desfavorecidas, é natural o movimento destas em busca de plantas medicinais, muitas vezes de fácil obtenção e com tradição de serem benéficas e seguras. Os estudos etnofarmacológicos têm como principal objetivo resgatar o conhecimento popular relacionado ao uso de plantas medicinais. Trazem resultados de ordem prática, calcados na experiência do grupo estudado.

Palavras-chave: Etnofarmacologia, Plantas medicinais, Vitiligo

¹ Acadêmico (a) do curso de Farmácia da Faculdade Noroeste de Mato Grosso. E-mail: bfernandes22@hotmail.com

² Prof^a Dr^a Orientadora e Coordenadora do Curso de Farmácia da Faculdade Noroeste de Mato Grosso.



ANAIS DO ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA 2017 DA AJES

CONHECIMENTO ETNOFARMACOLOGICO DE PLANTAS MEDICINAIS NA FIBROMIALGIA

Matheus Santos de Sousa¹, Isanete Geraldini Costa Bieski²

RESUMO

Um importante recurso terapêutico utilizado desde os princípios da antiguidade e que continua até os dias de hoje são as plantas medicinais (BIESKI, 2005). Essa por sua vez foi e ainda é uma principal arma terapêutica conhecida. A utilização dos recursos da natureza para fins terapêuticos é muito antiga e é de suma importância na área da saúde (OLIVEIRA, 2016). De acordo com (LOPES et al., 2005), as plantas medicinais são todas aquelas administrada pelo homem ou animal, por qualquer via ou forma e que exerça alguma função terapêutica. O uso de plantas medicinais para tratamento de uma patologia é denominado de fitoterapia, e os medicamentos produzidos a partir dessas plantas são chamados de remédios fitoterápicos. A fibromialgia é uma síndrome reumática de dor musculoesquelética persistente por todo o corpo humano, ela é associada a distúrbios de sono, cefaléia, fadiga, depressão, entre outros (MATTOS; LUZ, 2012). O tratamento para a fibromialgia precisa ser multidisciplinar, pois a patologia apresenta caráter crônico, vários sintomas e compostos de procedimentos medicamentosos e não medicamentosos. O principal objetivo da abordagem terapêutica com plantas medicinais na fibromialgia dedica-se em promover a melhora do quadro da dor e da qualidade de vida dos pacientes. Nesse sentido objetivamos relatar a importância das plantas medicinais e fitoterápicos em prol do uso seguro e racional dos mesmo para melhoria dos pacientes com fibromialgia.

Palavras-chave: Etnofarmacologia, Plantas medicinais, Fibromialgia

¹ Acadêmico (a) do curso de Farmácia da Faculdade Noroeste de Mato Grosso. E-mail: matheus.14.santosmartins@gmail.com

² Professora Orientadora e Coordenadora do curso de Farmácia da Faculdade Noroeste de Mato Grosso. E-mail: isabieski20@gmail.com



ANAIS DO ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA 2017 DA AJES
PREVENÇÃO DE ERROS COM MEDICAMENTOS: INTERAÇÃO
MEDICAMENTOSA FÁRMACO-ALIMENTOS COMO EVITAR

Alessandra Braga Maitan¹, Sikiru Olaitan Balogun²

RESUMO

Os erros com medicamentos é um problema mundial. Entre as grandes quantidades de erros estão os erros por dose extra, erros de via, erros de dosagem, erros de prescrição, porém o mais existente são os erros medicamentosos na prescrição de medicamentos errados. Esses erros não ocorrem somente no Brasil; os EUA, por exemplo, têm uma alta taxa de mortalidade causada por erros na medicação. Os fármacos chamados de medicamento de alto risco são os medicamentos mais perigosos, os erros que acontecem com esses medicamentos não são os mais rotineiros. Porém, quando ocorrem podem levar a sérios problemas, até mesmo alguns fatais (ROSA et al., 2009). Este trabalho busca identificar possíveis interações medicamentosas de fármacos com alimentos. As interações decorrentes de fatores individuais (erros de pacientes, enfermeiros, etc.) e da associação fármacos e alimentos (medicamento-alimento) serão revisadas e discutidas.

Palavras-chave: Erro médico, Medicamento, Interação fármaco-alimento

¹Aluna de iniciação científica. Curso de Fisioterapia, Faculdade do Vale do Juruena, MT. E-mail: alessandrabragamaitan@gmail.com

²Professor, Curso de Farmácia, Faculdade do Noroeste de Mato Grosso, MT. E-mail: balogun.sikiru@ajes.edu.br



ANAIS DO ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA 2017 DA AJES

CARACTERIZAÇÃO DA CLIENTELA DA CEAP/AJES

Ana Paula Pipino¹, Rita Naiane Casusa Louber², Camila Dalmolin Santos³, Nádie Christina Machado Spence⁴

RESUMO

O presente trabalho apresenta dados do funcionamento da Clínica-Escola de Atendimento Psicológico (CEAP/AJES), a qual é vinculada ao curso de Psicologia da Faculdade do Vale do Juruena e atende a comunidade com renda até dois salários mínimos. Os dados foram coletados a partir das fichas de triagem, no período de agosto de 2013 a agosto de 2016. Os resultados revelaram que: foram realizados no período número superior a capacidade de atendimento da CEAP, que conta somente com estagiários da ênfase Psicologia e Processos Clínicos, nos estágios supervisionados específicos I e II para realizar o psicodiagnóstico e o atendimento psicoterápico, este fato acaba gerando uma fila de espera, quando o perfil se enquadra na faixa de renda atendida pela Clínica-Escola. Ao todo foram realizadas 314 (trezentas e quatorze triagens) e média de atendimentos realizados por semestre varia em torno de trinta, dependendo do número de estagiários. Como os resultados subsidiam as estratégias adotadas pela equipe de supervisores e gestores, a partir de 2017 serão realizados também atendimentos em grupo, com o objetivo de atender melhor o público e também de proporcionar aos estagiários outras oportunidades de aprendizagem.

Palavras-chave: Clínica-Escola, Psicologia, Atendimento Psicológico

¹Pedagoga, acadêmica do segundo termo do curso de Psicologia da Faculdade do Vale do Juruena - Unidade Juína, bolsista do Programa de Iniciação Científica da AJES.

² Acadêmica do terceiro termo do curso de Psicologia da Faculdade do Vale do Juruena - Unidade Juína, bolsista do Programa de Iniciação Científica da AJES.

³Acadêmica do nono termo do curso de Psicologia da Faculdade do Vale do Juruena - Unidade Juína.

⁴ Psicóloga (UCPel), Mestre em Educação (PPGEDU/UFRGS), Doutora em Informática na Educação (PPGIE/UFRGS), docente nos cursos de Psicologia e Direito da Faculdade do Vale do Juruena - Unidade Juína.